

P@X boletim online

NOVOS HORIZONTES DOS
ESTUDOS PARA A PAZ

SUMÁRIO:

Editorial	1
<i>Maria Raquel Freire</i>	
Teoria da P@X	2-4
"Margens estéticas nos Estudos para a Paz."	
<i>Gilberto C. Oliveira</i>	
"O direito à auto-determinação do Sahara Ocidental: um deserto de esperanças?"	
<i>Mateus Kowalski</i>	5-7
Observatório das P@xes	8
Estudos da P@x	
"O futuro do statebuilding: um comentário crítico"	
<i>Daniela Nascimento, Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes</i>	
9-10	
Entrevista com Oliver Richmond	
"O hibridismo local-liberal modifica o grande império do Estado liberal"	
<i>Fernando Cavalcante e Ramon Blanco</i>	
11-14	
Recensão	
<i>Empire, Development and Colonialism: The Past in the Present</i>	
<i>Ramon Blanco</i>	
15-17	
Sotão do NEP	18-19

P@X

Coordenação NEP/CES:
Maria Raquel Freire e Tatiana Moura

Número temático organizado por:
Edição 2008/2009 do Programa de
Doutoramento em Política
Internacional e Resolução de
Conflitos

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos e Marta Peça

Núcleo de Estudos para a Paz
Centro de Estudos Sociais da Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>
nep@ces.uc.pt

Editorial

Este número especial do P@x dá início a um novo projecto de envolvimento activo dos/as estudantes do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos – um Programa CES/FEUC –, na elaboração de um dos elementos de grande visibilidade e projecção do NEP – o Boletim P@x. A planificação, estruturação e revisão dos textos ficou essencialmente a cargo dos estudantes (edição 2008/2009 do Programa), com um envolvimento activo e entusiástico de todos/as os/as que colaboraram. Note-se que esta colaboração se revelou em diferentes vertentes e com maior ou menor expressividade material, embora o cunho pessoal e de análise e revisão, em particular, imputado a este número do P@x não deva ser esquecido. Este exercício revelou-se fundamental em três dimensões: primeiro, relativamente à criatividade associada à planificação de um número temático e à capacidade analítica que a elaboração do mesmo exige, incluindo no seu formato habitual textos analíticos, recensões, entrevistas, entre outros; segundo, a possibilidade de participar no processo editorial de concepção e elaboração do

Boletim, em termos de edição dos textos, montagem do número, definição dos espaços, inclusão de imagens ou outros materiais gráficos; e por último, a experiência de ser parte integrante de uma equipa de trabalho, onde a coordenação de esforços e o cumprimento de prazos se combinam num caderno de encargos denso, mas aliciente.

Pretende-se, por todos estes motivos, que este seja um procedimento que venha a assumir uma periodicidade anual, com a edição de um número do Boletim P@x assinado pelos doutorandos em Política Internacional e Resolução de Conflitos. Um Programa orientado para a formação de competências avançadas de leitura da política internacional contemporânea, com um particular ênfase no estudo das dinâmicas de conflitualidade internacional, seja do ponto de vista das causas e sinais de emergência de conflitos, seja do ponto de vista dos instrumentos teóricos e técnicos de resolução de conflitos, procurando, pois, combinar as agendas de investigação dos *conflict studies* e dos *peace studies*. Uma agenda que se torna visível neste número através

dos textos de análise que percorrem a *dimensão teórica do que chamámos "Novos horizontes dos Estudos para a Paz"*, nomeadamente os contributos de Gilberto Oliveira, a sua operacionalização e (im)possibilidades no caso do Sahara Ocidental, como proposto por Mateus Kowalski, e na conjugação de teoria e prática na entrevista feita a Oliver Richmond, professor na Universidade de St. Andrews, no Reino Unido. Adicionalmente, a recensão de Ramon Blanco da obra de Duffield, Mark; Hewitt, Vernon (Eds.) (2009), *Empire, Development & Colonialism – The Past in the Present*, e o testemunho de um debate aceso sobre o futuro do *statebuilding*, por Daniela Nascimento, Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes, completam o quadro analítico e de reflexão que este número amplifica. Agradeço a todos e todas quantos colaboraram activamente neste projecto, um sinal claro de compromisso e trabalho sério que merece aqui um destaque especial.

Maria Raquel Freire
(coordenadora do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos)

Teoria da P@X

Margens estéticas nos Estudos para a Paz

Na última década, alguns académicos têm recorrido a fontes alternativas e experimentais – artes plásticas, música, fotografia, cinema e literatura – para abordar as questões internacionais [1], inaugurando o que tem sido anunciado como uma “viragem estética na teoria política internacional” (Bleiker, 2001). Essa viragem estética não pretende negar o conhecimento científico académico. A sua proposta é mais subtil e equilibrada: defende a “validação de todo o registo das percepções humanas”, valorizando práticas sensíveis que têm sido marginalizadas pela racionalidade dominante na produção de conhecimento em Relações Internacionais (Bleiker, 2001: 510-3). Trata-se, portanto, de favorecer interações mais produtivas entre “sensibilidade, imaginação e razão” e não de pleitear a supremacia de uma dessas faculdades em relação a outras (*Ibid*: 511).

Seguindo o caminho aberto por esta viragem, este artigo parte de um breve estudo de caso sobre uma tendência conceptualista da arte contemporânea denominada “arte dialógica”, para, em seguida, examinar de que forma as preocupações emancipatórias desse tipo de arte podem contribuir para ampliar as possibilidades de reflexão nos Estudos para a Paz.

Uma Estética da Argumentação na Arte Contemporânea

Caso 1: “Boat Coloquies”

Um pequeno barco navega no lago de Zurich, levando políticos, jornalistas, prostitutas e activistas sociais na sua cabine. O objectivo dessa performance, idealizada pelo artista austríaco WochenKlausur, em 1994, é criar espaço para conversações em torno das dificuldades de mulheres viciadas em drogas que, para manterem o vício, se lançam na prostituição e se tornam vítimas constantes de violências praticadas por clientes e pela polícia (Kester, 2004: 1-2).



Emancipation (Fonte: www.avant-garde-capital.com)

Caso 2: “The ROUTES project”

Em Belfast, motoristas de autocarro são encorajados a falar sobre as suas experiências nos últimos trinta anos. O objectivo dessa performance, idealizada colectivamente por artistas norte-irlandeses, em 2001, é dar voz aos trabalhadores dos transportes públicos de Belfast que, em 1970, tomaram a decisão de conduzir em todas as rotas da cidade, independentemente das suas afiliações religiosas e políticas. Por conta dessa decisão, os transportes públicos de Belfast tornaram-se uma das poucas áreas onde protestantes e católicos continuaram a trabalhar juntos, o que expôs os motoristas a altos índices de violência provocada por sequestros, apedrejamentos e atentados a bomba (*Ibid*: 7).

Resguardadas as particularidades de cada proposta, os casos mencionados apresentam pontos fundamentais em comum. Primeiramente, os projectos não se apresentam como activismo político ou social, mas sim como obras de arte. Em segundo lugar, a ênfase das obras recai sobre as interações humanas e não sobre algum objecto formal dotado de carácter expressivo ou destinado a despertar alguma forma de prazer visual. A conversa é a essência das obras e os artistas limitam-se a prover um contexto que facilite a interacção comunicativa entre indivíduos situados em

Teoria da P@X

posições de confronto. Segundo Kester, o “contexto ritual de um evento artístico” criado por esse tipo de “arte dialógica” [2] encoraja as pessoas “a falarem e a olharem além dos limites de identidades fixas, do discurso oficial e dos inevitáveis sectarismos partidários” (*Ibid*: 2, 8). Suzanne Lacy, artista norte-americana engajada nesse tipo de performance, afirma que suas obras buscam produzir um espaço discursivo criativo, onde “diferenças e conflitos possam ser examinados sem violência” (Lacy *apud* Kester, 2004: 116).

Com tais características, os casos mencionados enquadram-se na herança performativa do dadaísmo e seguem o caminho aberto por um dos expoentes daquele movimento, Marcel Duchamps, para quem a arte era conceito e não a produção de algum objecto pelas habilidades artesanais do artista (Ades, 1975: 6-7). É dentro dessa perspectiva conceptualista – de “uma arte das ideias em detrimento do produto” (Goldberg, 2007: 7) – que a arte dialógica procura transitar.



A pomba da paz

(Fonte: <http://imagoverbalis.files.wordpress.com>)

Ao adoptar a performance – um meio de expressão não comercializável por excelência – para examinar diversas manifestações de violência dentro de um contexto estetizado da ética comunicativa habermasiana [3], a arte dialógica assume uma posição crítica favorável para reflectir sobre algumas inquietações cruciais da arte contemporânea: como recuperar a força revolucionária original dos movimentos de vanguarda, hoje transformados em ortodoxia? Como tornar a arte menos auto-referencial e mais próxima da vida das pessoas? Como produzir uma arte emancipatória comprometida com as minorias silenciadas? No fundo, são estas complexas questões que as performances referidas tentam responder.

Margens Estéticas nos Estudos para a Paz

Pureza (2008) ressalta que os Estudos para a Paz, ao serem incorporados nas políticas públicas, passaram a ser “conhecimento útil para a pacificação de um sistema estruturalmente violento”; desse modo, foram apropriados pela ortodoxia e perderam o seu sentido emancipatório original. Richmond (2007) argumenta que a ortodoxia das Relações Internacionais é anti-paz porque enfatiza soberanias, Estados e instituições e, conseqüentemente, negligencia o dia-a-dia da vida humana (*Ibid*: 447). Partindo dessas inquietações, ambos os autores convergem para um ponto fundamental: a necessidade de buscar margens críticas que permitam contornar a ortodoxia e, por essas margens, chegar a uma perspectiva emancipatória da paz que se aproxime da vida quotidiana das pessoas.

Na busca dessas margens, Richmond (2007) sugere uma viragem estética inspirada no dadaísmo e em outras vanguardas artísticas que fizeram ruir as bases académicas da arte nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, o autor defende um momento dadaísta na Teoria das Relações Internacionais e propõe a adopção de metodologias e abordagens experimentais, ecléticas e criativas que desafiem as formas consagradas de pensamento e produzam um salto que leve à superação da perspectiva anti-paz que predomina na ortodoxia das Relações Internacionais (*Ibid*: 446-7).

No sentido sugerido por Richmond, as contribuições da arte para os Estudos para a Paz vêm em duas vias: no método – experimental e eclético – e na orientação normativa – anti-bélica e anti-burguesa – das vanguardas consideradas pelo autor. No caso da arte dialógica examinada neste artigo, uma terceira contribuição torna-se saliente: são as próprias questões da arte dialógica que adquirem especial relevância para os Estudos para a Paz. Ao contestarem a ortodoxia da arte institucionalizada, ao colocarem diversas formas de violência directa, estrutural e cultural no centro das suas obras, ao aproximarem a arte da vida

Teoria da P@x

ordinária das pessoas e ao darem voz a minorias silenciadas, essas manifestações artísticas lidam, dentro de seu domínio disciplinar, com questões muito próximas da actual agenda emancipatória dos Estudos para a Paz, especialmente no que se refere aos tópicos seguintes:

- Contestação da submissão dos Estudos para a Paz à ortodoxia da paz liberal (Pureza, 2008; Richmond, 2007);
- Radicalização do estudo das violências estruturais e culturais, particularmente daquela que é hoje “a mais complexa e mais dura das violências: a precariedade das vidas” (Pureza, 2008);
- Ênfase nos aspectos da paz relacionados ao dia-a-dia das pessoas (Richmond, 2007);
- Ampliação das fronteiras dos Estudos para a Paz, rompendo com a dicotomia “guerra e paz” e incorporando a noção de *continuuns* de violência – onde se inserem a “guerra trivializada no quotidiano” dos grandes centros urbanos (Pureza e Moura, 2005) e a marginalização e o silenciamento de experiências de vários sectores da sociedade, particularmente das mulheres (Moura, 2007).

Com base nessa convergência de preocupações emancipatórias entre artistas e investigadores para a paz, pode-se concluir que uma aproximação entre arte e Estudos para a Paz aponta não só para metodologias e abordagens ecléticas, experimentais e criativas, conforme sugere o enfoque dadaísta de Richmond, mas aponta também para vias de reflexão particularmente fecundas, na medida que possibilita a incorporação da sensibilidade estética dentro da racionalidade dos Estudos para a Paz, rompe a fronteira entre os dois saberes e produz uma interdisciplinaridade que favorece perspectivas comparadas de questões semelhantes dentro de epistemologias diferentes.

Gilberto C. Oliveira

gilbertooliv@gmail.com

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Notas

[1] Ver edições temáticas das seguintes publicações: *Alternatives*, 2000, 25(3); *Social Alternatives*, 2001, 20(4); *Peace Review*, 2001, 13(2); *Millenium*, 2001, 30(3); *Millenium*, 2006, 34(3); *Security Dialogue*, 2007, 38(3); *Review of International Studies*, 2009, 35(4).

[2] Além dessa denominação, outros termos têm sido atribuídos a esse tipo de arte: *public art*, *litoral art*, *relational aesthetics*, *conversational art*, *dialogue-based public art* (Kester, 2004: 9-10). Neste artigo, utiliza-se a tradução do termo *dialogical art* atribuído por Kester.

[3] Baseada na noção de que há, na estrutura do diálogo, uma margem para interações humanas emancipatórias, livres das distorções das relações de poder (Habermas, 1984).

Bibliografia

- Ades, Dawn (1975), *El Dada y el Surrealismo*. Barcelona: Labor.
- Bleiker, Roland (2001), “The Aesthetic Turn in International Political Theory”, *Millennium Journal of International Studies*, 30(3), 509-533.
- Goldberg, Roselee (2007), *A Arte da Performance: Do Futurismo ao Presente*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Habermas, Jurgen (1984), *The Theory of Communicative Action* (Vol. I). Cambridge: Polity Press.
- Kester, Grant H. (2004), *Conversation Pieces: Community and communication in modern art*. Berkeley: University of California Press.
- Moura, Tatiana (2007), *Rostos Invisíveis da Violência Armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 7Letras.
- Pureza, J. Manuel e Moura, Tatiana (2005), “Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum”, *Revista Portuguesa de História*, 37.
- Pureza, José Manuel (2008), “Para que servem os Estudos para a Paz?”, Intervenção no Colóquio Internacional Caminhos de Futuro. Novos Mapas para as Ciências Sociais, Coimbra, 21 de Junho de 2008.
- Richmond, Oliver P. (2007), “Dadaism and the Peace Differend”, *Alternatives*, 32(4), 445-472.

Teoria da P@x

O direito à auto-determinação do Sahara Ocidental: um deserto de esperanças?[1]

O Sara Ocidental foi durante grande parte do século XX uma província espanhola. Foi só após a morte de Franco, em Novembro de 1975, que o novo governo espanhol decidiu abandonar aquele território. Entretanto, tanto Marrocos como a Mauritânia reivindicavam soberania sobre o território.

O Tribunal Internacional de Justiça, por solicitação da Assembleia Geral das Nações Unidas, emitiu, a 16 de Outubro de 1975, um parecer consultivo sobre a situação do Sara Ocidental (ICJ, 1975). Marrocos invocava a existência de ligações de soberania ao território com base na “posse imemorial” do território e no exercício ininterrupto da sua autoridade. Defendia que deveria ser tida em consideração a estrutura especial do Estado marroquino. Este haveria sido fundado não tanto com relação a uma noção de território mas mais com base nos laços religiosos comuns e na vassalagem de várias tribos ao Sultão. Por outro lado, a Mauritânia alegava que ao tempo da colonização a “entidade mauritana”^[2] se estendia pelo território que ia do rio Senegal ao *Wad Sakiet El Hamra*. Assim, a Mauritânia defendia que o território do Sara Ocidental, então sob administração espanhola, e o território da Mauritânia era partes indissociáveis de uma mesma unidade territorial sujeita à soberania da República Islâmica da Mauritânia.

O Tribunal, depois de afirmar a sua opinião em como o Sara Ocidental não era, ao tempo da colonização espanhola, *terra nullius*, chegou à conclusão que não existia nenhuma ligação de soberania entre Marrocos e o território do Sara Ocidental nem entre a Mauritânia e aquele território. A Declaração sobre a Concessão de Independência aos Povos e Países Coloniais aplicar-se-ia à descolonização do Sara Ocidental. Era, assim, reconhecido ao povo sarauita o direito à sua autodeterminação. Nos termos daquela Declaração deveriam ser «tomadas acções imediatas, nos territórios sob tutela e nos



Sarai junto a bandeira do Sahara Ocidental (Fonte: <http://pimentanegra.blogspot.com>)

territórios não-autónomos ou noutros territórios ainda não independentes, para a transferência de todos os poderes para os povos daqueles territórios, sem qualquer condição ou reserva, de acordo com a sua vontade e com o seu desejo expressos, credo ou cor, de forma a permitir que gozem completa independência e liberdade» (UNGA, 1960).

Contudo, a 6 de Novembro de 1975 teve início o que ficou conhecido por “marcha verde”: cerca de 350.000 marroquinos desarmados convergiram para o sul de Marrocos com o objectivo de entrarem no Sara Ocidental e formar o “Grande Marrocos”. Na altura, o Conselho de Segurança condenou a “marcha verde” e apelou a Marrocos que retirasse imediatamente do território do Sara Ocidental todos os participantes na marcha.^[3] Depois da morte de Franco, Marrocos anexou dois-terços do território enquanto a Mauritânia anexou o outro terço. Em 1979, depois de uma guerra de guerrilha com a Frente Polisario, apoiada pela Argélia, a Mauritânia saiu daquele terço do território, imediatamente ocupado por Marrocos.

Em 1991, sob a supervisão das Nações Unidas, foi decretado o cessar-fogo, continuando Marrocos a ocupar a totalidade do Sara Ocidental. O Conselho de Segurança decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sara Ocidental (MINURSO) com vista à realização de um referendo sobre a autodeterminação do território a organizar e supervisionar pelas Nações Unidas, em cooperação com a agora União Africana.^[4]

A questão está, no entanto, ainda longe de ser resolvida. Continua a existir um impasse quanto ao exercício do direito à autodeterminação. Por um lado, Marrocos tem reiterado a sua posição em como não aceita um referendo em que a independência do Sara Ocidental seja uma

Teoria da P@x

opção. Ao contrário, a Frente Polisario, com o apoio da Argélia, defende que a independência deve ser uma opção a referendar. Esta última é igualmente a posição de princípio das Nações Unidas (UNS, 2006).

O Sara Ocidental tem sido apelidado de a “última colônia em África” (Toby, 2004). Precisamente, a actuação das Nações Unidas partiu sempre da tese de que a situação do Sara Ocidental se trata de um caso de descolonização. Por consequência, o futuro de Sara Ocidental deveria ser decidido através do exercício do seu direito à autodeterminação, por via de um referendo organizado pelas Nações Unidas com duas opções: a integração no Reino de Marrocos ou a independência. Contudo, as Nações Unidas têm, neste caso, falhado em colocar a sua doutrina em prática e organizar um referendo. Por outro lado, esta incapacidade das Nações Unidas tem sido alimentada pela sua própria atitude errónea ao encorajar as partes (leia-se Marrocos, a Frente Polisario e a Argélia) a negociar (CG, 2007). Tal significa um distanciamento de inspiração realista relativamente à sua posição de sempre de tratar a situação como um caso de descolonização em que o povo sarauita goza do direito à autodeterminação. Por outro lado, o mandato da MINURSO assenta em resoluções tomadas ao abrigo do capítulo VI da Carta das Nações Unidas, o que lhe confere uma autoridade limitada. Nesta medida, a MINURSO não tem conseguido, nem se prevê quando venha a conseguir cumprir o seu mandato de realizar o referendo.



Mapa do Sahara Ocidental

(Fonte: <http://www.paginavermelha.org/>)

O impasse persiste e a questão não se encontra no topo da agenda política dos Estados com influência na região. As inimizades regionais, as diferentes prioridades de política externa de potências regionais ou o facto do território ser rico em minérios como o titânio, urânio e ferro, bem como possuir das maiores jazidas de fosfatos do mundo não são favoráveis à superação do conflito (Haugen, 2007), embora, paradoxalmente, sejam essenciais ao futuro do povo sarauita, em caso de independência. Os interesses económicos estrangeiros na região ajudam à inacção de conveniência. Ainda, tem sido argumentado, de forma controversa, que a dificuldade de identificar um grupo local com identidade consolidada a que se possa chamar povo, implica a impossibilidade em encontrar um sujeito titular do direito à autodeterminação (Daadaoui, 2008).

Valerá igualmente a pena reflectir sobre a importância do empenho político da sociedade internacional. Uma eventual resolução da situação do Sara Ocidental pode criar um comprometedor precedente relativamente às pretensões palestinianas de autodeterminação face aos territórios ainda ocupados ou a idênticas pretensões do povo curdo perante a Turquia, a Síria e mesmo o Iraque (Spector, 2009). Precedente que nem todos estarão dispostos a aceitar. Por outro lado, é esclarecedor notar que, no caso de Timor-Leste, só quando existiu um efectivo empenho por parte de grande parte da sociedade internacional conseguiu aquele povo a independência. Independência, essa, fundada num direito à autodeterminação já anteriormente reconhecido pelas Nações Unidas.

No Sara Ocidental a cadência do impasse parece ser determinada pelo desejo de manter o *status quo* de Estados com interesses na região. Assim, num âmbito mais geral, valerá a pena questionar sobre a capacidade das Nações Unidas em fazerem cumprir um mandato claro no que respeita ao exercício à autodeterminação, quando, por contraponto, existam interesses contrários de Estados com influência num dado território. Em espaço tão curto não se pretende oferecer uma resposta assertiva.

Teoria da P@x

De todo o modo, poder-se-á argumentar, primeiro, que o sucesso de uma operação das Nações Unidas carece de um mandato forte e detalhado, de preferência com fundamento numa resolução com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Depois, que o poder individual dos Estados ainda é capaz de superar o poder colectivo das Nações Unidas. Um aparente paradoxo com reflexo claro no Sara Ocidental.

Mateus Kowalski

mateus.kowalski@gmail.com

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos na Universidade de Coimbra.

Notas

[1] O autor agradece o apoio que lhe é conferido pela Fundação Calouste Gulbenkian para a realização do programa de Doutoramento. O autor agradece igualmente a Inês Coroa pelo seu contributo para o artigo

[2] Conceito utilizado para traduzir o *Bilad Shinguitti*

[2] Resolução 380 (1975), de 6 de Novembro de 1975

[3] Resolução 690 (1991), de 29 de Abril de 1991.

Bibliografia

CG: Crisis Group (2007) “Western Sahara: The Cost of the Conflict”, Crisis Group Middle East/North Africa Report, n.º 65. Acedido a 25 de Janeiro de 2009, em www.realinstitutoelcano.org/materiales/docs/ICG_Western_Sahara_The_cost_of_the_conflict.pdf

Daadaoui, Mohamed (2008), “The Western Sahara Conflict: Towards a Constructivist Approach to Self-Determination”, *The Journal of North African Studies*, 13(2), 143-156.

Haugen, Hans (2007), “The Right to Self-Determination and Natural Resources: The Case of Western Sahara”, *Law, Environment and Development Journal*, 3(1), 70-81.

ICJ: International Court of Justice (1975) “Western Sahara – Advisory Opinion of 16 October 1975”. International Court of Justice Report of 1975, 12-82.

Shelley, Toby (2004) *Endgame in the Western Sahara: what future for Africa's last colony*. London: Zed Books.

Spector, Samuel (2009), “Western Sahara and the Self-Determination Debate”, *Middle East Quarterly*, 33-43.

UNGA: United Nations General Assembly (1960) “Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples” United Nations General Assembly Resolution 1514 (XV) of 14 December 1960.

UNS: United Nations Secretariat (2006) “Working Paper prepared by the Secretariat on Western Sahara”. United Nations General Assembly document A/AC.109/2006/2 of 10 February 2006.

Observatório das P@xes

Recursos sobre Novos Horizontes dos Estudos Para a Paz

Bleiker, Roland (2009), *Aesthetics and World Politics*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Chandler, David (2009), *Hollow Hegemony: Rethinking Global Politics, Power and Resistance*, Londres: Pluto Press.

Daadoui, Mohamed (2008), “The Western-Sahara Conflict: Towards a Constructivist Approach to Self-Determination” *The Journal of North African Studies*, 13(2), 143-156.

Paris, Roland; Ssk, Timothy D. (eds.) (2009), *Dilemmas of Statebuilding: Confronting the contradictions of Postwar Peace Operations*, Nova Iorque: Routledge.

Richmond, Oliver P. (2007), *Dadaism and the Peace Differend*, *Alternatives*, 32(4), 445-472.

Spector, Samuel (2009), “Western-Sahara and the Self-Determination Debate”, *Middle East Quarterly*, 33-43.

Fazedores de P@xes

Centre for Peace and Conflict Studies (Reino Unido)

<http://www.st-andrews.ac.uk/intrel/cpcs/>

O *Centre for Peace and Conflict Studies* (CPCS) pretende estabelecer e manter um fórum dedicado aos olhares críticos sobre respostas às situações de conflito e construção da paz ao nível teórico, conceptual e empírico. Em particular, questiona as relações entre conflito e formas de ‘paz’ – nomeadamente a paz liberal e os seus híbridos locais - que têm vindo a estabelecer-se nas zonas de conflito, maioritariamente localizadas em países em desenvolvimento. Entre as temáticas aprofundadas pelo CPCS, contam-se as teorias da paz e dos conflitos; *peacebuilding*, incluindo a sua contexto local; paz liberal; as tentativas de construção de Estados liberais em África; teorias sobre terrorismo e conflitos; e operações de manutenção de paz das Nações Unidas e *state-building*.

The Ethnography of Peace

<http://www.peacefulsocieties.org/index.html>

Este site, criado em 2005, tem como objectivo dar a conhecer diferentes sociedades pacíficas contemporâneas, marcadas pela harmonia interpessoal e pelo recurso raro à violência e/ou guerra. Inclui informações sobre as crenças destes grupos, as estratégias não violentas usadas na resolução de conflitos e os factores que desafiam os seus estilos de vida.

O futuro do statebuilding:

um comentário crítico

A Conferência de abertura do ano lectivo na Universidade de Westminster (Londres) foi dedicada à discussão do futuro do *statebuilding*, com a participação, entre outros, de Roland Paris (Universidade de Ottawa), Oliver Richmond (Universidade de St. Andrews) e David Chandler (Universidade de Westminster).

Roland Paris direccionou a sua apresentação para os desafios do *statebuilding* internacional centrando-a nos riscos da crítica exagerada ao *liberal peacebuilding*[1] e alertando para o facto de actualmente este estar 'sob fogo' cerrado dos teóricos críticos. Para superar esta situação, Paris propõe quatro ideias centrais.

Primeiro, recalibrar o debate sobre a paz liberal, uma vez que este está demasiadamente centrado na crítica à intervenção *per se*, amalgamando intervenções tão diferentes, como as do Iraque e Afeganistão e as lideradas pela Organização das Nações Unidas, por exemplo. Sem essa recalibragem, afirma Paris, desacredita-se o *peacebuilding*.

Em segundo lugar, incluir a relação entre instituições formais e informais na análise deste tipo de intervenções, já que a abordagem institucional dominante tem resultado (deficitariamente) em instituições com ligações pouco profundas às dinâmicas locais. Paris sugere inclusivamente que “a organização líder para a compreensão das formas de governação locais e informais é o exército americano”.

Em terceiro lugar, reconhecer a necessidade de maior interdisciplinaridade nas análises de forma a incluir o conhecimento local (e.g. estudos antropológicos e etnográficos) e experiências comparativas na análise das intervenções de *peacebuilding*.

Finalmente, criar conhecimento prático que, listando “DOs and DON'Ts”, apoie países em risco. A concluir a sua comunicação, Paris defendeu ainda que “estados frágeis ou estados em risco constituem um desafio para o bem-estar humano equivalente ao colocado pelas alterações climáticas”.

Oliver Richmond distanciou-se da análise crítica de Paris entendendo-a como circular e improdutivo. Richmond argumentou que o exercício crítico é essencial para o avanço da reflexão, mas que, esta análise crítica deve ser centrada no impacto das intervenções ao nível (1) das instituições envolvidas, (2) dos meios muitas vezes insuficientes, (3) da falta de preparação das respostas e (4) do desconhecimento das dinâmicas locais, constituindo portanto uma crítica diferente. Richmond questiona a lógica da experimentação subjacente à crítica de Paris, alertando para o facto de estas intervenções terem impactos directos na vida quotidiana das pessoas. Além do mais, não devem ser ignoradas as agendas que informam as decisões e formas de intervenção.

David Chandler sublinha também que a crítica da crítica que Paris faz não capta a questão central uma vez que se centra na desculpabilização dos fracassos das intervenções. Deste modo, este exercício crítico torna-se contraditório em termos ontológicos uma vez que as intervenções pressupõem que a autonomia dos actores locais é prejudicial ao processo de *statebuilding*, enquanto que no discurso liberal a autonomia é o ponto de partida.

A partir destas três intervenções, há duas linhas fundamentais que sobressaem neste debate: a abordagem crítica ao *statebuilding* e a natureza liberal deste tipo de intervenção.

No que diz respeito à primeira linha, Paris considera que as abordagens críticas são exageradas, não contribuindo para atingir melhores resultados no terreno; a alternativa seria não intervir, o que no seu entender não é aceitável. Por sua vez, Richmond aponta para a importância da crítica como meio de ultrapassar as dificuldades existentes, salientando a relevância dos impactos ao nível local. Chandler por seu turno considera a crítica como uma forma de justificar os resultados insatisfatórios das intervenções.

Relativamente à segunda linha, Paris defende que a crítica da crítica remete para o facto de as intervenções não serem liberais o suficiente resultando em fracasso. Richmond distancia-se

**Estudos
sobre a P@X**

completamente desta posição propondo uma abordagem crítica pós-liberal onde o liberalismo se assume como reflexivo dialogando com as dimensões locais e informais.

Finalmente, Chandler considera que o *liberal statebuilding* é caracterizado por uma contradição insuperável, uma vez que a abordagem liberal pressupõe a autonomia dos actores locais, enquanto as intervenções liberais avaliam esta mesma autonomia como problemática para os objectivos do *statebuilding*.

Este debate demonstra a dinâmica e riqueza desta área de estudo e intervenção. Todos os intervenientes salientaram a importância das instituições informais e dinâmicas locais na equação do *statebuilding*, bem como a diversidade de perspectivas existente sobre esta temática, evidenciando o longo caminho ainda a percorrer.

Daniela Nascimento
danielan@fe.uc.pt

Maria Raquel Freire,
rfreire@fe.uc.pt

Paula Duarte Lopes
pdl@fe.uc.pt,

Núcleo de Estudos para a Paz
(NEP/CES)

Notas

[1] Paris não distinguiu na sua comunicação os conceitos de *statebuilding* e *peacebuilding*, usando-os como sinónimos. Essa distinção é mais clara em obras suas como *At War's End: Building Peace after Violence* onde Paris descreve *peacebuilding* como 'the attempt to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid a relapse into conflict' (2004: 2-3. Cambridge University Press); e, mais recentemente na obra *Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations* onde define *statebuilding* como 'a particular approach to peacebuilding emphasizing the construction or strengthening of legitimate governmental institutions in countries emerging from civil

conflict' (2009: 1. Routledge, co-edição com Timothy Sisk).

Bibliografia

Paris, Roland (2004) *At war's end: building peace after civil conflict*, USA: Cambridge University Press.

Paris, Roland; Sisk, Timothy (2009) *Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*, Rotledge.

**Estudos
sobre a P@X**

“O hibridismo local-liberal modifica o grande império do Estado liberal”

O Professor Oliver P. Richmond, da Universidade de St. Andrews, Reino Unido, é atualmente um dos mais renomados pesquisadores no campo dos estudos para a paz e dos conflitos. Em sua carreira acadêmica, ele concentrou-se em analisar como diferentes concepções teóricas, especialmente em Relações Internacionais (RI), afetam os debates sobre questões da paz e dos conflitos. Dando continuidade ao seu trabalho de investigação crítica sobre a paz liberal, Richmond está agora alargando o campo dos estudos para a paz e dos conflitos ao estudar as possibilidades de uma "paz pós-liberal" e ao analisar como esta é afetada pela agência a nível local (*local agency*) – questão frequentemente negligenciada por pesquisadores do *mainstream*. O P@X entrevistou o Professor Richmond sobre os seus mais recentes trabalhos de investigação.

FC/RB: Em uma das suas últimas obras, Peace in International Relations, você analisou como a paz tem sido estudada por diferentes escolas ou tradições teóricas no campo das RI. No livro, você mostrou que as teorias das RI têm mantido silêncio sobre a paz, não raro se escondendo por trás de debates sobre questões em torno de Estados, instituições e soberania nacional. Embora ainda seja demasiado cedo para uma resposta concreta, como você descreveria o impacto desse livro nas RI?

OR: Esse livro saiu do meu livro The Transformation of Peace, que foi, creio eu, uma contribuição mais substancial para as RIs, tanto em termos teóricos quanto empíricos. Enquanto eu escrevia The Transformation of Peace, eu percebi que pouquíssimos trabalhos haviam tratado especificamente sobre a questão da paz nas RI, sobre como ela deve ser compreendida, contextualizada e projetada nas teorias das RI. Eu senti que as Relações Internacionais não estavam mais abordando a paz e que haviam perdido contato com suas idéias iniciais do período imediatamente posterior à Primeira Guerra. Assim, em Peace in IR eu tentei mapear as implicações das teorias das RI para a paz. E sim, eu de fato concluí que as RI estavam relativamente caladas no que diz respeito à paz, embora

diferentes debates históricos e contemporâneos tenham sido heroicamente mantidos, como os estudos para a paz e dos conflitos. Eu penso que o livro recebeu algumas boas avaliações e tem sido notado. Tornou-se agora lugar comum incluir novamente a questão da paz em cálculos sobre relações internacionais e política externa. Eu não posso, contudo, dizer que esta tendência é um resultado do meu livro. Eu estava apenas tocando em uma discussão que talvez pensadores críticos mais radicais estivessem também abordando na mesma época. Portanto, eu não estou certo sobre o impacto geral do livro, mas espero que venha a ter algum.

FC/RB: E atualmente, qual é a principal pergunta de pesquisa em seus trabalhos de investigação? Aquele tipo de questão que o impede de dormir ou o acorda durante a noite?

OR: Uma das perguntas é uma pergunta retrospectiva: por que a paz se tornou oculta? Por que a teoria se tornou silenciada, porque é que aceitamos todos os pressupostos que estão associados ao Estado liberal moderno – o Estado liberal na sua forma neo-liberal, bastante realista, ao invés da sua forma mais emancipatória e crítica? Por que isto se tornou tão dominante? E uma outra questão que tem me fascinado é como todas essas agências locais – supostamente incapazes, escondidas e deficientes – que não têm acesso aos mesmos enormes recursos que o Estado liberal tem conseguido se inserir nesse paradigma da paz liberal e modificá-lo. Eu estou fascinado pelas relações desses diferentes tipos de agências que acontecem fora do Estado liberal, secular, moderno, e como elas estão modificando o próprio liberalismo. Esta é toda a agenda pós-liberal que eu estou tentando mapear nos meus trabalhos atuais.

FC/RB: Você tem sugerido uma abordagem para a investigação acerca da paz chamada de "eirenista". Além disso, você tem escrito sobre hibridismo e advogado uma reflexão sobre a paz para além das epistemologias do Norte. O termo "eirenist", contudo, remonta à Grécia antiga, que é considerada por muitos pós-colonialistas e descolonialistas como o berço de uma epistemologia que é a própria raiz da

Estudos sobre a P@X

Entrevista com Oliver Richmond, por Fernando Cavalcante e Ramon Blanco

Estudos sobre a P@X

violência contra o Outro. Há alguma razão para resgatar um antigo conceito grego em vez de um conceito de outra região, como a China ou o Oriente Médio, por exemplo? Como poderia uma abordagem "eirenista" ir além das epistemologias do Norte?

OR: "Eirenism" é realmente apenas uma maneira de dizer para a academia *mainstream* nas universidades Ocidentais e para aqueles fora do paradigma liberal o que teoria e metodologia podem implicar para um trabalho acerca da paz. Eu certamente não estava tentando concordar com qualquer tipo de violência epistêmica ou com a reconstrução de quaisquer fronteiras ou hierarquias em particular entre pensamentos ou dinâmicas Ocidentais e não-Ocidentais. Ao sugerir essa abordagem, eu estava apenas me baseando em uma espécie de posição de Erasmo apontando que havia chauvinismo contra os diferentes setores dentro do Cristianismo. Ele estava clamando por uma abordagem mais ecumênica, em que a discriminação não surgiria em ações e nem em políticas. Assim, é precisamente tentando evitar esse tipo de violência epistêmica que me refiro à teoria pós-colonial. Em relação à segunda parte da pergunta, eu acho que ir para o Oriente Médio, Índia ou América do Sul para buscar novas epistemologias é válido, mas você pode correr o risco de se colocar no mesmo tipo de posição "-cêntrica". E eu acho que isso é problemático, seja esta posição centrada na Europa, no Sudeste Asiático ou em qualquer outro lugar. Eu tento ir além deste tipo de redução territorial do pensamento que prevalece nas RI. Este é um movimento que tenta desvelar a violência estrutural ao invés de tentar reafirmá-la e qualquer movimento para alteridade – digamos, por exemplo, o pensamento pós-colonial – tem que seguir o mesmo objetivo, tem que evitar a imposição de qualquer violência estrutural.

FC/RB: O campo dos "estudos para a paz" ou "investigação para paz" foi marcado por um ímpeto crítico contra abordagens mais tradicionais, como o realismo. Em seus trabalhos mais recentes, você tem clamado por abordagens interdisciplinares para a paz, tanto em termos de teorias quanto de métodos. Como poderíamos melhorar a nossa compreensão da paz através da fusão de abordagens tão diferentes como a investigação para paz e as artes, ou a investigação para a paz e a antropologia, por exemplo?

OR: Eu estava apenas tentando reunir alguns dos trabalhos realizados nos estudos para o desenvolvimento, na sociologia, antropologia, filosofia política, etc, e mostrar que a questão da paz é uma das áreas mais interdisciplinares que temos. Esse ponto nem sempre é reconhecido. Se você pensar sobre as RIs tradicionais -- e esta é a maneira que eu penso sobre isso -- esta remonta a um governamentalismo foucauldiano, é apenas sobre persuadir as pessoas por meio da arte de serem governadas, sobre o tipo de governança que se tem e sobre persuadir as pessoas a obedecerem isso. Trazendo a teoria política, filosofia, antropologia -- em particular as suas técnicas etnográficas, a sociologia, o direito internacional, e uma gama de outras disciplinas nos permite começar a conceituar esse enorme espaço onde a paz toma forma. Na minha opinião, as RIs apenas não enxergam este ponto, embora tornando-as mais interdisciplinares nos permitirá entender melhor a paz. O outro lado do governamentalismo é a arte de não ser governado. Foucault escreveu um ensaio intitulado "*What is critique*" no qual ele afirmava que no espaço abaixo das instituições, o que as pessoas normais fazem, o que os indivíduos e as comunidades estão fazendo é desenvolver a arte de não serem governados, ou não serem tão governados. Eu acho que esta é uma ideia brilhante. Ela abre uma vasta gama de diferentes áreas em que nos começamos a compreender uma situação em que a agência está sendo permitida, em que as pessoas estão se auto-determinando e controlam as suas próprias instituições. Nós temos que entender todas as outras coisas que ocorrem -- as resistências, as reações, as aceitações, e assim por diante -- e penso que para chegar até isso, temos que nos engajar em um trabalho mais interdisciplinar. As RIs são apenas uma pequena parte de uma grande história.

FC/RB: Autores como José M. Pureza e Wiberg Håkan mostraram alguma preocupação com a evolução da investigação para a paz nas últimas décadas. Eles basicamente argumentam que de um impulso marginal crítico nas décadas de 1950-1960, a investigação para paz, de alguma forma, sofreu um processo de mainstreaming (assimilação por parte da

reflexão mais ortodoxa) na década de 1990. De acordo com Pureza, depois de ter algumas de suas idéias e conceitos incorporados pelas políticas públicas, tais como "statebuilding" e "good governance", a investigação para a paz tornou-se "conhecimento útil para a pacificação de um sistema estruturalmente violento". Mais recentemente, os chamados pós-colonialistas têm demonstrado um impulso crítico que se assemelha ao dos primeiros investigadores do campo dos estudos para a paz. Você acha que o pós-colonialismo, como uma escola crítica de pensamento, poderia seguir o mesmo caminho e se tornar "conhecimento para pacificação"? Como os pós-colonialistas poderiam evitar isso?

OR: Eu concordo. Eu acho que nós temos sido muito descuidados nas universidades Ocidentais -- e eu estou falando particularmente sobre a Grã-Bretanha -- sobre a maneira pela qual os governos saltaram sobre determinadas abordagens críticas que eram aparentemente de ponta no final da guerra fria e instrumentalizaram tais abordagens. Como muitos acadêmicos foram descuidados quanto relevância política, consultorias e outros, eles perderam o seu sentido de autonomia -- tanto a autonomia de pesquisa e da universidade. Algumas pessoas tornaram-se muito próximas das agendas dos governos, que foram naturalmente empurrando em certas direções, para interesses nacionais específicos. Eu acho que é sempre um perigo quando pesquisa, consultoria, acadêmicos, governo e interesse nacional se tornam demasiadamente alinhados. Mas a minha leitura da última geração de pensadores pós-coloniais é que eles se retiram muito rapidamente quando há qualquer perigo deste tipo de coisa acontecer. Eu acho que os pós-colonialistas têm feito um trabalho bom em reconhecer tais perigos e em tentando evitá-los. Eu não sei como isso vai continuar ou o que poderia acontecer, por exemplo se a teoria pós-colonial fosse escolhida por qualquer dos BRICs e fosse instrumentalizada da mesma maneira que a paz liberal foi instrumentalizada pelos EUA e Grã-Bretanha a libertação". Nós poderíamos então estar em um momento complicado. E eu tenho que dizer que já existem sinais de que isso já está acontecendo. E o outro lado da questão do "conhecimento para a pacificação" é, claro, "o conhecimento para a libertação". Contudo, temos que ter cuidado para que essa libertação e agência não produzam em si consequências não intencionadas.

FC/RB: Onde exatamente você vê sinais dos BRICs já instrumentalizando o pensamento pós-colonial?

OR: Eu mencionaria o empenho dos Estados Unidos no Haiti, por exemplo. Você também pode olhar para o engajamento da Índia em um número de conflitos em torno do seus territórios -- e obviamente a Caxemira seria um caso importante. Além disso, você poderia ver isso na forma como a China se envolve com movimentos de libertação interna. Essas são uma espécie de desdobramento da estratégia eurocêntrica que defende a posição de que eles são os "melhores" antecipadamente, e que o envolvimento com as diferenças não pode ocorrer porque isso é tão difícil. Eu diria que alguns teóricos supostamente pós-colonialistas estão concordando com algumas daquelas estratégias da mesma forma que muitos teóricos da paz liberal concordaram com a instrumentalização dos seus trabalhos por parte dos governos Ocidentais. Só é preciso alguns teóricos se tornarem próximos aos governos e criarem algumas novas palavras, criarem novas políticas, e daí temos o início da instrumentalização sobre a qual estamos falando.

FC/RB: Recentemente, você passou algum tempo aqui no CES dando palestras e terminando seu livro mais recente. Você poderia comentar algo sobre este último trabalho?

OR: O livro está mais ou menos terminado e está agora sendo revisado por editores. Encurtando uma longa estória, o livro basicamente mostra como a paz liberal transformou-se em um tipo de solução instrumentalista, uma simples política para lidar com todas as questões - problemas de desenvolvimento, corrupção, conflitos, violações dos direitos humanos, genocídio, etc - e como a paz liberal tornou-se um processo de governamentalismo de cima para baixo, uma vez que exige grande distância dos indivíduos. Assim, em muitos aspectos, o livro é uma crítica e mostra como a paz liberal é vista por seus sujeitos como uma espécie de um projeto colonial -- não estou dizendo que é ou não um projeto colonial, estou apenas dizendo que é assim que é percebida no terreno. Essa é a primeira parte do livro enfoca contextos específicos como a Bósnia, o Kosovo, Timor

Estudos sobre a P@X

Leste, Cambodja e, em menor escala, o Afeganistão. A segunda parte do livro tem como objetivo discutir a questão do "e o que fazemos sobre isso?" É sobre como o sistema da paz liberal pode ser mediado pelos diversos contextos. Esta parte é realmente sobre o hibridismo local-liberal, sobre como tais realidades locais modificam este grande império do Estado liberal.

FC/RB: Como um investigador experiente, o que você sabe agora que você realmente gostaria de ter sabido antes, ou de ter sido ensinado quando você estava na fase inicial de suas pesquisas? Há alguma coisa que você aprendeu durante a sua carreira que teria melhorado substancialmente suas pesquisas passadas ou que teria impedido de seguir o mesmo caminho?

OR: Para começar, eu acho que sempre fui muito esquisito! Eu realmente nunca esperava fazer o que me diziam para fazer. E felizmente eu tive um orientador, John Groom, que me deu uma grande autonomia. Ele acreditava que a autonomia na investigação era a base de todas as indagações no pensamento crítico. Ao mesmo tempo, ele era muito rigoroso em suas expectativas, na forma como ele queria que eu usasse métodos, que discutisse teorias, revisasse a literatura e de realmente me deixar levar pelas minhas curiosidades e meter a mão na massa – o que ele me fez fazer! A melhor coisa nesta relação era que ele ficava feliz em eu fizesse muito trabalho de campo, então eu passei um longo período durante o meu doutoramento pesquisando sozinho, fazendo trabalho de campo. Durante esse tempo, eu percebi que realmente na área em que trabalhamos não podemos apenas fazer teoria em uma mesa de biblioteca.

Nós também não podemos simplesmente fazer trabalho de campo: é preciso haver uma espécie de síntese dos dois. Eu acho que essas duas coisas combinadas - o tipo de sofisticação teórico-metodológica que recebi do meu supervisor e colegas e o acesso ao trabalho de campo durante as minhas primeiras pesquisas -- tem sido realmente a essência do meu trabalho desde então. Eu acho que tenho tido muita sorte.

FC/RB: Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua atenção, Professor Richmond. Foi um prazer para nós.

Publicações recentes de Oliver Richmond:

(2010) *The Birth of the Post-Liberal Peace*.

(2009) *Liberal Peace Transitions: Between Peacebuilding and Statebuilding* (com Jason Franks). Edinburgh: Edinburgh University Press.

(2008) *Peace in International Relations*. Abingdon: Routledge.

Fernando Cavalcante

fcavalcante@ces.uc.pt

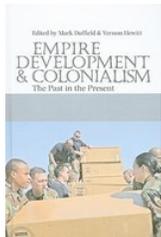
Ramon Blanco

ramon@ces.uc.pt

Doutorandos em Política Internacional e Resolução de Conflitos na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

**Estudos
sobre a P@X**

Recensão



Duffield, Mark; Hewitt, Vernon (eds.) (2009), *Empire, Development and Colonialism: The Past in the Present*. Londres: James Currey Publishers.

Em uma disciplina acentuadamente marcada por preocupações do centro do sistema internacional, como é o caso das Relações Internacionais, a obra editada por Mark Duffield e Vernon Hewitt vem preencher duas importantes lacunas. Por um lado, vocaliza um ensurdecido silêncio dentro da disciplina ao tratar da temática do colonialismo e imperialismo. Por outro, vem precisamente explorar as similaridades e diferenças presentes entre tais temáticas, designadamente os artefatos do império europeu, e os debates contemporâneos de intervenções humanitárias, desenvolvimento sócio-econômico e ajuda externa.

A princípio, colonialismo e desenvolvimento não são facilmente comparáveis, sendo inclusive, para muitos, antitéticos, segundo Duffield e Hewitt. Para eles, o primeiro remonta, por exemplo, à uma violenta anexação territorial, enquanto que o segundo, ao contrário, não só a repudia como funda-se no voluntarismo e na tentativa de melhorar a vida das pessoas. Contudo, para Duffield e Hewitt, um olhar mais atento logo percebe algumas superficiais e iniciais comparações, como a justificativa civilizacional para intervenções humanitárias ou mesmo paralelos claros entre as atuais ONGs e antigos missionários. A obra, entretanto, vai além. Seus treze capítulos, mais a introdução, buscam comparar e contrastar técnicas imperiais e governamentalidades coloniais do século XIX com atuais tecnologias e técnicas das intervenções humanitárias e de desenvolvimento. Matthew Merefiefield em seu capítulo aborda o como o liberalismo britânico de meados do século XIX lidou com

a crise da Rebelião da Baía de Morant. Utiliza-se esse episódio para observar a tensão existente dentro do governo liberal entre, por um lado, a promoção de liberdade (incluindo liberdades de mobilidade) e de capacidades de desenvolvimento e, por outro lado, a busca por segurança. Conclui traçando paralelos com atuais debates acerca de políticas de imigração, estratégias de desenvolvimento internacional. Assim como Merefiefield, Patrícia Noxolo preocupa-se com o relacionamento entre a segurança e a liberdade dentro do projeto liberal. Ela enxerga a securitização como uma forma de governamentalidade global e busca, em seu capítulo, explorar uma abordagem para a análise do papel das ONGs nisto. Assim o faz explorando o aparato conceitual de Foucault, como Merefiefield, e as reflexões e pensamentos de Wilson Harris.

O capítulo de Vernon Hewitt examina a historicidade do termo '*good government*' com o intuito de expor as origens deste. Hewitt evidencia paralelos marcantes entre a utilização do termo no período do império Britânico enquanto uma estratégia de controle imperial e sua utilização no atual contexto internacional por instituições como, por exemplo, o Banco Mundial. Ainda encontrando semelhanças entre reflexões do período colonial e atuais, David Williams e Tom Young evidenciam, em seu capítulo, ideias que eram articuladas no fim do século XIX, relativamente ao que deveria ser o progresso social a ser realizado nas colônias, dentro do pensamento acerca do desenvolvimento internacional realizado no pós Segunda Guerra Mundial. Observam, por exemplo, que a transferência de formas de ordem social é reconfigurada em ideias contemporâneas de imposição de um tipo de desenvolvimento, realizadas 'à distância' por intermédio de condicionalidades impostas pelo FMI e Banco Mundial, agências e profissionais internacionais e ONGs.

O capítulo de Richard Sheldon apresenta uma série de paralelos entre o pensamento colonial britânico e as teorias contemporâneas de desenvolvimento e estratégias de intervenção. Sheldon foca na pobreza e na fome, e busca entendê-las dentro do pensamento colonial evidenciando o papel duplo destas, operando tanto como estratégia de dominação, quanto como

**Estudos
sobre a P@X**

elemento legitimador da colonização. Sheldon mostra como a 'propensão' indiana ao sofrimento de fome e a sua 'incapacidade' de lidar com ela, justificavam a própria presença colonial que a causava. É evidente, aqui, o paralelo, por exemplo, com o pensamento 'pós-desenvolvimento', reflexão que vê a própria intervenção de desenvolvimento como a causa da pobreza contemporânea e não como um processo capaz de eliminá-la.

Já Henrik Aspengren em seu capítulo observa como formas de governação coloniais transformaram-se de um controle repressivo para um engajamento mais baseado no vocabulário de reforma social no caso de Bombaim no início do século XX. Evidencia como a reforma social em nada mexia nas restrições de participação política por parte dos indianos, ao contrário, tais reformas sob o governo colonial eram ainda vistas como o caminho para o progresso da Índia sob o olhar dos administradores. Inicialmente, analisa as reflexões e a linguagem política que permitiram tal mudança, para posteriormente focar nas dinâmicas em que estas tomaram corpo, nomeadamente políticas de habitação e de educação.

Suthaharan Nadarajah considera em seu capítulo os efeitos paradoxais resultantes de intervenções 'bem-intencionadas' em áreas de instabilidade ou de guerra civil. Analisando o Sri Lanka, em particular o período pós cessar-fogo de 2002, observa o como intervenções lideradas por Estados doadores ocidentais, mesmo sendo inseridas nos moldes de códigos de práticas ditas 'sensíveis ao conflito', acabam por continuar com a lógica que estava na base do próprio conflito. Nadarajah observa que tais práticas, muitas vezes, trazem consigo a visão dos doadores acerca das causas do conflito, buscam facilitar os resultados locais que eles desejam e vêem o Estado como central no processo, ignorando a contribuição destas próprias práticas para a continuação do conflito.

Já Lisa Smirl, ao focar na forma como aqueles e aquelas que atuam nas intervenções de ajuda humanitária se movem e vivem nas localidades em que intervêm, traça interessantes paralelos com a vida e a geografia espacial da administração colonial. Smirl preocupa-se com a construção e reorganização do espaço, tanto fisicamente quanto dentro do imaginário humanitário.

Observa, por exemplo, o impacto da arquitetura em termos de status e poder entre os trabalhadores das ONGs, as organizações humanitárias, ou mesmo entre voluntários e habitantes locais. Também focando na espacialidade ao examinar o poder e o discurso colonial e pós-colonial, Uma Kothari explora paralelos entre o imaginário discursivo e performativo dos oficiais coloniais britânicos e o dos profissionais que atuam em intervenções de desenvolvimento. Conclui observando que tais intervenções representam apenas uma reconfiguração de muitas das mesmas ideias, espaços e pessoas, ao invés de uma completa transformação nas relações entre o centro e a periferia.

Mark Duffield argumenta que o discurso de Estados frágeis reproduz suposições e relações chaves do período colonial, em especial 'indirect rule'. Observando, em um primeiro momento, a mudança semântica dentro da linguagem intervencionista, de estados falhados para frágeis, Duffield posteriormente expõe tal discurso dentro da narrativa da Administração Nativa. Para Duffield, ambos têm o papel de contenção dentro da problemática securitária liberal. Enquanto a administração nativa, no passado, tentava mobilizar a população rural objetivando a contenção das forças nacionalistas urbanas, os Estados frágeis, no presente, funcionam como locais dentro da fronteira externa ocidental de luta contra a instabilidade política e terrorismo global.

Em seu capítulo, April Biccum busca teorizar o império como uma forma de exercício de poder político central para o século XX, mas ainda com relevância para as práticas políticas de desenvolvimento do início do século XXI. Biccum procura, assim, ressaltar as continuidades, ao invés das descontinuidades, representadas pela descolonização. Dessa forma, para Biccum, a história colonial e de império, torna-se não mais marginal para o entendimento da política contemporânea, mas sim central. Também buscando enxergar continuidades, o capítulo de Douglas Johnson foca no relacionamento entre a forma como a questão da terra era gerida durante o período colonial e o desenvolvimento nacional no Sudão no presente. Observa as continuidades entre as práticas coloniais britânicas de mapeamento e de criação de fronteiras étnicas e as

**Estudos
sobre a P@X**

Estudos sobre a P@X

dinâmicas atuais presentes no *Comprehensive Peace Agreement* (CPA), onde mesmo permitindo o sul não-islâmico realizar um referendo, o 'estado nacional' redefine as fronteiras do sul de modo a excluir a possibilidade de permanecerem com os recursos naturais, como minerais e petróleo. Paul Kelemen reflete acerca do partido trabalhista Britânico e no como este traduzia suas aspirações em suas políticas para a África durante o período colonial. Kelemen observa, por exemplo, que muitas das críticas relativas ao império dentro deste baseavam-se não na questão do abandono ou não da prática imperial, mas sim em como o império deveria ser gerido. Observa a aceitação, por parte destas críticas, dos pressupostos morais do império na 'modernização' e 'transformação' das sociedades em direção a um modo de vida melhor e universal, com o intuito de aumentar a segurança do império, melhorar a vida das populações e gerar uma estabilidade regional e global. Já é aqui visível, portanto, a relação íntima entre segurança, humanitarismo e ordem, algo acentuadamente característico nos atuais debates acerca do desenvolvimento internacional.

A obra vem, dessa forma, trazer uma excelente reflexão acerca das práticas de desenvolvimento e ajuda humanitária, à luz de ideias e dinâmicas imperiais e coloniais. Vem ajudar, portanto, na observação e reflexão do fato de que muitas daquelas podem ser vistas como continuidades e reconfigurações destas. É assim uma obra essencial para aquele/as que buscam não somente refletir acerca das relações internacionais, mas principalmente se preocupam em enxergar que muitas das práticas de domínio do passado estão não somente vivas, mas sobretudo em operação no presente.

Ramon Blanco

ramon@ces.uc.pt

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

No sótão do NEP

PublicaçõesNEP

Cardoso, Katia (2010), "O que há de global na violência colectiva juvenil na cidade da Praia? Algumas pistas iniciais de reflexão", *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, 3, 7-21.

Freire, Maria Raquel; Kanet, Roger E. (orgs.) (2010), *Key Players and Regional Dynamics in Eurasia: The Return of the 'Great Game'*. Basingstoke: Palgrave MacMillan (no prelo).

Freire, Maria Raquel e Lopes, Paula Duarte (2010), "Peace and Conflict Resolution Organizations", in Helmut K. Anheier e Stefan Toepler (org.), *International Encyclopedia of Civil Society*. Nova Iorque: Springer, 1139-1141.

Freire, Maria Raquel e Lopes, Paula Duarte (2010), "ESDP Missions and the Promotion of International Security", in International Studies Association (ISA) (org.), *Theory versus policy? Connecting scholars and practitioners*. Estados Unidos: International Studies Association (ISA).

Freire, Maria Raquel (2010), "Security and Insecurity in EU-Russia Relations: Perceptions, Discourses and Practice in the 'War on Terror'" in International Studies Association (ISA) (org.), *Theory versus policy? Connecting scholars and practitioners*. Estados Unidos: International Studies Association (ISA).

Lopes, Paula Duarte (2010), "Água e Violência", in Reginaldo Mattar Nasser (org.), *Os Conflitos Internacionais*. São Paulo: Editora UNESP.

Lopes, Paula Duarte (2010), "Governança Internacional de Água: evolução e implicações", in Laura Ferreira Pereira (org.), *Relações Internacionais: Actores, Dinâmicas e Desafios*. Lisboa: Prefácio.

Lopes, Paula Duarte (2010), "The Politics of a Human Right to Water", in International Studies Association (org.) Estados Unidos da América: ISA.

Santos, Rita e Moura, Tatiana (2010), "UNSCR 1325: is it only about war? Armed violence in non-war contexts", *Oficina do CES* (no prelo).

JANEIRO – MARÇO

No âmbito do programa de doutoramento em Relações Internacionais “Política Internacional e Resolução de Conflitos”, o **NEP/CES** organizou o seminário “**Dinâmicas actuais de construção da paz e apoio às vítimas na Colômbia**”, com Luís Javier Garavito e Miguel Barreto, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 22 de Janeiro de 2010.

NEP/CES organizou o seminário “**Estudos sobre Masculinidades e Violência de Género em El Salvador, América Central**”, de Hector Nuñez, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 18 de Fevereiro de 2010.

Maria Raquel Freire e **Paula Duarte Lopes** coordenaram o curso “**Human Security and Civil-Military Coordination**” (CIMIC), CES-Lisboa, Centro de Estudos Sociais e Peace Operations Training Institute (POTI), Lisboa, 25 e 26 de Fevereiro de 2010.

A Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória e o **NEP/CES** organizaram o seminário Lusófono “**Que fazer com estas memórias?**”, CES-Lisboa, Centro de Estudos Sociais, 5 e 6 de Março de 2010.